



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

180290

OBJETO

Licitação por Pregão Eletrônico para aquisição de materiais de higiene, limpeza, suprimentos de informática, gêneros alimentícios e outros materiais de consumo.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 320.525,77

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE LIMEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Processo SEI nº.058.00043568/2026-61 – SIAFEM 20260354241)

Torna-se público que o(a) Delegacia Seccional de Polícia de Limeira, por meio do(a) Delegado Seccional em exercício **Antônio Luiz Tuckumantel**, sediado(a) na Rua Francisco Ferreira da Rosa, 248 Vila São Cristovam – Limeira/SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de higiene, limpeza, suprimentos de informática, gêneros alimentícios e outros materiais de consumo, para atendimento as demandas das unidades policiais vinculadas à Delegacia Seccional de Polícia de Limeira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças

- 3.1.2.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 3.5.1. Para todos os itens a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos subitens 2.6.2 e 2.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. Será admitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 2.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 3.5.1, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de itens exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 5.1.2. Marca;
 - 5.1.3. Fabricante;
 - 5.1.4. Especificação;
 - 5.1.5. Quantidade;
 - 5.1.6. Unidade de Medida.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse



regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças**

- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, devendo observar os seguintes critérios:
- I - Para itens com valor unitário estimado de até R\$ 10,00 (dez reais): o intervalo mínimo será de R\$ 0,01 (um centavo);
- II - Para itens com valor unitário estimado acima de R\$ 10,00 (dez reais) até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais): o intervalo mínimo será de R\$ 1,00 (um real).
- 6.8.1. Os lances serão ofertados pelo valor unitário do item.
- 6.8.2. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item, considerando o valor total resultante da multiplicação do valor unitário pela quantidade estimada.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças**

- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
 - 6.19.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.20.1.1. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.5 deste Edital.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças

à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento



em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio eletrônico compras.gov.br ou solicitado através do e-mail: uge.limeira@policiacivil.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças

- 12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças**

impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 10.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).



13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): www.compras.gov.br ou uge.limeira@policiacivil.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet no site www.compras.gov.br ou uge.limeira@policiacivil.sp.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1 Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças

14.2.1.2 Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3 Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4 Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5 Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1.1 a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1 O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2 O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3 A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1 de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2 de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3 de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4 de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5 dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças**

14.2.2.3.6 de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEINTER 9 - PIRACICABA
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira
Setor de Finanças**

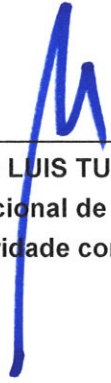
14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico uge.limeira@policiacivil.sp.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.15.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.15.3. ANEXO III – Ato Normativo Sobre Sanções Aplicáveis;
- 14.15.4. ANEXO IV – Modelo Planilha de Proposta;
- 14.15.5. ANEXO V – Modelos de Declarações;

Limeira, 29 de maio de 2026.



ANTONIO LUIS TUCKUMANTEL
Delegado Seccional de Polícia de Limeira
Autoridade competente

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE LIMEIRA

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	180290-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE LIMEIRA	JERUSO ALVES NASCIMENTO	01/06/2026 10:34 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		20260354241

1. Definição do objeto

CONTRATAÇÃO PCA Nº 180209-1/2025

Aquisição de materiais de higiene, limpeza, suprimentos de informática, gêneros alimentícios e outros materiais de consumo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	CÓDIGO BEC	CÓDIGO COMPRAS GOV	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	950	Unid.	Café Gourmet; Torrado e Moido; 500gr, Constituido de graos Arabica 100%; preto-verdes/fermentados, livre de sabor estranho; bebida mole ou melhor, aroma característico; marcante e intenso, sabor carcterístico; qualidade global superior minima de 7,30 pontos na escala sensorial; impurezas(cascas e Paus) em G/100g máxima de 1%; embalagem pouch; com validade minima na data da entrega de 11 Meses, com data de fabricacao e de validade impressos na embalagem; e suas condicoes deverao estar de acordo com a Res.saa-28 de 01/06/2007; Res.saa-31, de 22/06/2007, Rdc 277/05; Rdc 259/02, Rdc 07/11, Rdc 14/14 e alteracoes posteriores; produto sujeito a verificacao no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa; elaboracao de laudo após entrega e dispensado de analise; será exgidio selo de certificação ABIC com classificacão Gourmet.	6450938	463577	R\$ 49,56	R\$ 47.082,00
2	100	Caixa	Filtro de papel; caixa com 30 unidades, 100% celulose; para coar café; modelo tradicional para garrafa termica comum; com fechamento de dupla prensagem; tamanho 103; gramatura 54g/m2; na cor branca; fornecido em caixa apropriada ao produto; com validade mínima de 4 anos a contar da data fabricacão.	6251048	380323	R\$ 4,69	R\$ 469,33
			Vassoura material cerdas: náilon , material cepa: madeira ,				

3	50	Unid.	comprimento cepa: 25 cm, características adicionais: cabo plastificado: 1,20 m; cerdas: 9 cm.	6346359	626817	R\$ 19,17	R\$ 958,33
4	300	Unid.	Alcool etílico para limpeza; 1000ml; com teor alcoólico de 70 % Inpm, líquido, sem perfume; embalado em frasco plástico; produto sujeito a verificação no ato da entrega, aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa; validade mínima de 12 Meses.	6045456	481012	R\$ 7,98	R\$ 2.393,00
5	300	Unid.	Alcool Etilico para limpeza; 500ml; com teor alcoólico de 70 Inpm, em gel, sem gatilho; embalado em embalagem apropriada; produto sujeito a verificação no ato da entrega; aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	5592836	269943	R\$ 6,61	R\$ 1.984,00
6	300	Unid.	Higienizador em gel, 500ml; pH 6,5 a 7,5, neutro, sem perfume e sem corante; composto de álcool etílico 70%; composto de água, agentes hidratantes e emolientes; glicerina, propileno glicol, aminometil propanol, aloe vera, carbômero; indicado para ação bactericida, fungicida, antimicrobiana e antisséptica para as mãos; acondicionado em frasco plástico, com válvula tipo pump, bico dosador e trava de segurança; produto sujeito à verificação no ato da entrega, conforme procedimentos administrativos determinados pela ANVISA; validade mínima de 12 meses a partir da data da entrega.	4455789	269943	R\$ 7,78	R\$ 2.334,00
7	300	Unid.	Detergente líquido neutro, frasco de 500 ml; princípio ativo alquil benzeno sulfonato de sódio; composição básica alquil benzeno sulfonato de trietanolamina e lauril éter sulfato de sódio; contendo conservantes, sequestrante, espessante, fragrância e água; pH entre 5,0 e 7,5; composição aromática neutra; acondicionado em frasco com bico dosador; acondicionado em embalagem que mantenha a integridade do produto; sujeito, no ato da entrega, aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	6120202	626321	R\$ 2,22	R\$ 666,00
8	300	Unid.	Desinfetante de categoria básica, 1000ml; restrito ao uso puro; bactericida e germicida; líquido translúcido, cor castanha; princípio ativo: 0,45% de cloreto de benzil alquil dimetil amônio e cloreto de didecil dimetil amônio; composição básica: 0,35% de cloreto de cetil trimetil amônio; contendo tensoativos catiônicos e tensoativo não iônico, conservantes, solvente, sequestrante, controlador de pH, óleo de pinho, corantes, fragrância e veículo; composição aromática pinho; contém atenuador de espuma; acondicionado em frasco apropriado que garanta a integridade do produto; produto sujeito à verificação no ato da entrega, conforme procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	4821475	630559	R\$ 4,20	R\$ 1.261,00
9	200	Unid.	Água sanitária, 1000ml; solução aquosa, à base de cloro; com teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p/p; sem aromatizante; acondicionada de forma adequada, em embalagem que garanta a integridade do produto; produto	4429990	624677	R\$ 2,54	R\$ 507,33

			sujeito à verificação no ato da entrega, conforme procedimentos administrativos determinados pela ANVISA; validade mínima de 6 meses a partir da data de fabricação.				
10	200	Unid.	Desodorizador ambiental, tipo aerossol, 360ml; aroma lavanda; composto por propelentes (isobutano e propano), monooleato de sorbitano e fosfatos; acondicionado em frasco de alumínio, que mantenha a integridade do produto; produto sujeito, no ato da entrega, aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	6120296	452508	R\$ 11,79	R\$ 2.358,67
11	200	Unid.	Esponja limpeza dupla face	4779720	385187	R\$ 1,33	R\$ 265,33
12	200	Unid.	Inseticida doméstico, 360ml, tipo aerossol, eficaz contra moscas, mosquitos (inclusive o mosquito da dengue), pernilongos, baratas e formigas; composto por praletrina (0,02% a 0,05%), cipermetrina (0,05% a 0,15%) e imiprotrina (0,04% a 0,08%), além de solventes e propelentes, sem CFC; princípio ativo pertencente ao grupo químico das piretrinas e piretroides; acondicionado em embalagem adequada que garanta a integridade do produto; produto sujeito à verificação no ato da entrega, conforme procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	5182506	484679	R\$ 17,69	R\$ 3.537,33
13	200	Unid.	Limpador multiuso doméstico, 500ml, líquido, para limpeza pesada; composto por princípio ativo alquil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos aniônicos, coadjuvante e sequestrante; contendo essência, fragrância, água e outras substâncias permitidas; acondicionado em embalagem adequada que garanta a integridade do produto; produto sujeito à verificação no ato da entrega, conforme procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	6071988	249903	R\$ 3,90	R\$ 780,67
14	30	Unid	Rodo, com cepa de madeira, medindo 40 cm; borracha natural, dupla; cabo de madeira revestido em polipropileno, com 120 cm de comprimento; rosca em polietileno de baixa densidade.	4786700	446184	R\$ 10,48	R\$ 314,50
15	200	Unid.	Pano de limpeza, tipo saco alvejado, pano de chão; tamanho grande, medindo aproximadamente 63 x 40 cm; tecido com 12 batidas; acondicionado de forma adequada, garantindo a integridade do produto.	5997470	226958	R\$ 4,55	R\$ 910,00
16	600	Pacote	Toalha de papel simples, interfolhada, institucional premium; com 3 dobras; na cor branca; folhas macias e absorventes; acabamento gofrado; produzida com 100% celulose virgem; dimensão da folha de 23 x 27 cm; gramatura 18-20g compatível com o uso institucional; acondicionada em pacote contendo 1.250 folhas, embaladas adequadamente para preservação da integridade do produto. O produto deverá atender às normas técnicas aplicáveis da ABNT e legislação sanitária vigente, quando aplicável. laudo microbiológico, Rotulagem contendo identificação do fabricante, marca, quantidade de folhas, dimensões do produto e dados de atendimento ao consumidor.	6475353	338004	R\$ 22,66	R\$ 13.596,00
			Sabonete líquido perolado, em frasco de 5 litros, essência erva-doce; composto por sodium laureth sulfate, sodium chloride, disodium EDTA, cocamide DEA e PEG-150				

17	100	Unid.	pentaerythrityl tetrastearate; indicado para higiene das mãos; pH entre 6,5 e 7,0; viscosidade entre 1.500 e 2.100 cP; densidade entre 0,980 e 1,020 g/ml; produto sujeito à verificação no ato da entrega, devendo obedecer aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	4564766	453357	R\$ 14,30	R\$ 1.430,33
18	200	Unid.	Sabonete líquido perolado, em frasco de 500 ml, essência erva-doce; composto por sodium laureth sulfate, sodium chloride, disodium EDTA, cocamide DEA e PEG-150 pentaerythrityl tetrastearate; indicado para higiene das mãos; pH entre 6,5 e 7,0; viscosidade entre 1.500 e 2.100 cP; densidade entre 0,980 e 1,020 g/ml; com válvula tipo pump, produto sujeito à verificação no ato da entrega, devendo obedecer aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	4564766	453357	R\$ 9,83	R\$ 1.966,00
19	50	Unid.	Escova dental	6232930	627857	R\$ 1,37	R\$ 68,33
20	50	Unid.	Sabonete em barras - 90 gramas	4358597	232399	R\$ 1,62	R\$ 80,83
21	100	Pacote	Saco de lixo para uso doméstico, em polietileno reforçado; com capacidade de 100 litros; medindo no mínimo 105 cm de altura e 75 cm de largura, com variação tolerada de ± 1 cm, e espessura mínima de 0,010 mm; na cor preta, sem timbre; com resistência para suportar no mínimo 20 kg; isento de furos; com rotulagem contendo identificação do fabricante; devendo atender à norma ABNT NBR 9191:2008 e suas atualizações posteriores.	5621208	470833	R\$ 25,43	R\$ 2.542,67
22	100	Pacote	Saco de lixo para uso doméstico, em polietileno reforçado, com fundo reto; capacidade de 50 litros; dimensões de 63 x 80 cm (largura x altura); na cor preta; devendo atender à norma ABNT NBR 9191:2008 e suas atualizações posteriores.	4747011	398561	R\$ 16,22	R\$ 1.621,67
23	2000	Unid.	Envelope plástico para laboratório biodegradável, em polietileno ou polipropileno transparente, coextrusado, em três camadas. Lacre numerado, confeccionado em polietileno ou polipropileno, com pinos auto lacráveis dotados de travamento duplo de um lado e cápsulas para encaixe do outro, soldado nas laterais de abertura do envelope, no tamanho 150mm x 150mm aproximadamente, com espessura de 75 micras por parede, impressão até duas cores (branco e preto), por processo de flexografia na parte da frente do envelope, (fundo adicional branco que permita a escrita), possuindo também numeração no corpo do envelope. Acondicionado em embalagem reforçada e apropriada com 400 unidades sendo 20 pacotes de 20 unidades dentro. Biodegradável conforme ASTM D-5511 (última versão), ou similar. Apresentar laudo de biodegradação emitido por laboratório de notória especialidade nacional ou internacional, neste caso com a respectiva tradução juramentada.	6386741	616562	R\$ 8,91	R\$ 17.826,67
			Envelope plástico para laboratório biodegradável, em polietileno ou polipropileno transparente, coextrusado, em três camadas. Lacre numerado, confeccionado em polietileno ou polipropileno com pinos auto lacráveis dotados de travamento duplo de um lado e cápsulas para encaixe do outro, soldado nas laterais de abertura do envelope, no tamanho 200mm x 250mm aproximadamente, com espessura de 75 micras por parede, impressão até duas cores (branco e preto), por processo de flexografia na parte da frente do envelope, (fundo adicional branco que permita a				

24	1000	Unid.	escrita), possuindo também numeração no corpo do envelope. Acondicionado em embalagem reforçada e apropriada com 400 unidades sendo 20 pacotes de 20 unidades dentro. Biodegradável conforme ASTM D-5511 (última versão) ou similar. Apresentar laudo de biodegradação emitido por laboratório de notória especialidade nacional ou internacional, neste caso com a respectiva tradução juramentada.	6386806	616557	R\$ 13,87	R\$ 13.870,00
25	500	Unid.	Envelope plástico para laboratório biodegradável, em polietileno ou polipropileno transparente, coextrusado, em três camadas. Lacre numerado, confeccionado em polietileno ou polipropileno com pinos auto lacráveis dotados de travamento duplo de um lado e cápsulas para encaixe do outro, soldado nas laterais de abertura do envelope, no tamanho 260mm x 360mm aproximadamente, com espessura de 75 micras por parede, impressão até duas cores (branco e preto), por processo de flexografia na parte da frente do envelope, (fundo adicional branco que permita a escrita), possuindo também numeração no corpo do envelope. Acondicionado em embalagem reforçada e apropriada com 400 unidades sendo 20 pacotes de 20 unidades dentro. Biodegradável conforme ASTM D-5511 (última versão) ou similar. Apresentar laudo de biodegradação emitido por laboratório de notória especialidade nacional ou internacional, neste caso com a respectiva tradução juramentada.	6386857	616566	R\$ 15,41	R\$ 7.705,00
26	500	Unid.	Envelope plástico para laboratório biodegradável, em polietileno ou polipropileno transparente, coextrusado, em três camadas. Lacre numerado, confeccionado em polietileno ou polipropileno com pinos auto lacráveis dotados de travamento duplo de um lado e cápsulas para encaixe do outro, soldado nas laterais de abertura do envelope, no tamanho 400mm x 600mm aproximadamente, com espessura de 75 micras por parede, impressão até duas cores (branco e preto), por processo de flexografia na parte da frente do envelope, (fundo adicional branco que permita a escrita), possuindo também numeração no corpo do envelope. Acondicionado em embalagem reforçada e apropriada com 400 unidades sendo 20 pacotes de 20 unidades dentro. Biodegradável conforme ASTM D-5511 (última versão) ou similar. Apresentar laudo de biodegradação emitido por laboratório de notória especialidade nacional ou internacional, neste caso com a respectiva tradução juramentada.	2422867	616559	R\$ 21,69	R\$ 10.845,00
27	500	Unid.	Envelope plástico para laboratório biodegradável, em polietileno ou polipropileno transparente, coextrusado, em três camadas. Lacre numerado, confeccionado em polietileno ou polipropileno com pinos auto lacráveis dotados de travamento duplo de um lado e cápsulas para encaixe do outro, soldado nas laterais de abertura do envelope, no tamanho 400mm x 900mm aproximadamente, com espessura de 75 micras por parede, impressão até duas cores (branco e preto), por processo de flexografia na parte da frente do envelope, (fundo adicional branco que permita a escrita), possuindo também numeração no corpo do	2422867	616560	R\$ 23,38	R\$ 11.691,67

			envelope. Acondicionado em embalagem reforçada e apropriada com 400 unidades sendo 20 pacotes de 20 unidades dentro. Biodegradável conforme ASTM D-5511 (última versão) ou similar. Apresentar laudo de biodegradação emitido por laboratório de notória especialidade nacional ou internacional, neste caso com a respectiva tradução juramentada.				
28	1500	Resma	Papel sulfite de papelaria, gramatura 75 g/m²; formato A4 (210 x 297 mm); opacidade mínima de 87%, conforme norma TAPPI; unidade entre 3,5% (± 1,0), conforme norma TAPPI T 412; corte rotativo; pH alcalino; folhas de cor branca; acondicionado em embalagem revestida em BOPP, com nome do fabricante impresso; produto com certificação ambiental FSC ou CERFLOR, com selo e código de licença impressos na embalagem.	5865905	461828	R\$ 30,14	R\$ 45.215,00
29	100	Unid.	Cola de papelaria, tipo bastão, para uso multiuso; composta por 3-iodo-2-propinil butilcarbamato, glicerina, hidróxido de sódio, 2-aminoisobutano, água, sacarose, copolímero acrílico, polímero de N-vinilpirrolidina e estearato de sódio; na cor branca; acondicionada em tubo; com validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	5898129	292447	R\$ 2,87	R\$ 286,67
30	30	Unid.	Grampeador de mesa, com estrutura em aço e pintura eletrostática de alta resistência; base de apoio em plástico; medindo no mínimo 12 cm de base; na cor preta; compatível com grampos 26/6; com capacidade mínima para grampear até 30 folhas e alfinetar até 5 folhas (papel 75 g/m²).	5183227	288921	R\$ 33,03	R\$ 991,00
31	50	Caixa	Grampo para grampeador; cobreado; medindo 26/6, caixa com 5000 unidades.	183385	425226	R\$ 7,49	R\$ 374,50
32	300	Caixa	Clipe de papelaria, em aço, formato paralelo, galvanizado, nº 4; acondicionado em caixa com 50 unidades.	5307724	455226	R\$ 5,03	R\$ 1.510,00
33	100	Caixa	Caneta esferográfica, caixa com 50 unidades, corpo em resina termoplástica, formato sextavado; modelo descartável; corpo translúcido com respiro; ponta em latão, com esfera de tungstênio; espessura de 1,0 mm (média); rendimento mínimo de escrita de 1.700 metros; na cor azul; com tampa protetora removível e ventilada, na cor da tinta; com topo (topeteira) fixa; devendo atender à norma ABNT NBR 15236 e possuir certificação compulsória do INMETRO, com suas atualizações posteriores.	3426491	484679	R\$ 38,83	R\$ 3.883,33
34	200	Unid.	Fita adesiva de papelaria, em polipropileno; dimensões de 48 mm x 50 m; transparente.	201405	445375	R\$ 9,34	R\$ 1.868,67
35	100	Unid.	Lápis, corpo em madeira de reflorestamento, na cor preta envernizada, formato sextavado; com carga de grafite macia, mais grossa e resistente, na cor preta; graduação nº 2B, indicado para desenho artístico, técnico, esboços e escrita em geral; medindo no mínimo 17,5 cm; produto apontado; com nome do fabricante impresso no produto e na embalagem, bem como identificação do fornecedor na embalagem; devendo atender à norma ABNT NBR 15236 e possuir certificação compulsória do INMETRO, com suas atualizações posteriores.	6207677	392212	R\$ 1,25	R\$ 124,67
			Livro ata de papelaria, formato vertical, medindo 205 x 297				

36	50	Unid.	mm; capa com gramatura de 1.250 g/m², revestida com papel kraft de 80 g/m², na cor preta; contendo 200 folhas numeradas; miolo em papel offset com gramatura de 56 g/m².	4346343	200694	R\$ 29,88	R\$ 1.494,17
37	50	Unid.	Livro ata de papelaria, formato vertical, medindo no mínimo 205 x 297 mm; capa com gramatura de 1.250 g/m², revestida com papel kraft de 80 g/m², na cor preta; contendo 100 folhas numeradas; miolo em papel offset com gramatura de 56 g/m².	4348400	229212	R\$ 19,67	R\$ 983,33
38	30	Unid.	Perfurador, com estrutura metálica; com capacidade para perfurar até 30 folhas de 75 g/m²; com 2 vazadores.	5091985	309074	R\$ 44,69	R\$ 1.340,70
39	50	Caixa	Caneta de escrita permanente, conjunto com 6 marcadores; ponta média de 2,0 mm; tinta na cor preta; resistente a temperaturas muito baixas; indicada para uso em superfícies plásticas e de vidro.	5811317	354898	R\$ 4,26	R\$ 213,00
40	25	Unid.	Piça de reposição para purificador, marca Electrolux, modelo PE11B; refil de filtro; devendo atender às normas ABNT NBR vigentes.	6161235	630007	R\$ 46,17	R\$ 1.154,33
41	100	Unid.	Pilha, tipo alcalina padrão LR6 (IEC), tamanho AA; com 0% de mercúrio e cádmio, e proteção contra vazamentos; voltagem de 1,5 V; devendo atender à Resolução CONAMA nº 401/2008; com certificação ABNT NBR ISO 9001 e ABNT NBR ISO 14001, ou equivalentes.	5978661	419859	R\$ 1,95	R\$ 195,33
42	100	Unid.	Pilha alcalina, padrão LR3 (IEC), com 0% de mercúrio e cádmio, com proteção contra vazamentos; tensão de 1,5 V; tamanho AAA (palito); conforme Resolução CONAMA nº 401/2008; produto com certificação ABNT NBR ISO 9001 (ou ISO 9001) e ABNT NBR ISO 14001 (ou ISO 14001).	5978700	432380	R\$ 2,20	R\$ 220,00
43	40	Unid.	Cartucho de toner compatível para impressora, marca Samsung, código de referência MLT-D203E; devendo ser compatível com os equipamentos correspondentes e acondicionado em embalagem adequada que garanta a integridade do produto.	5363756	626296	R\$ 130,12	R\$ 5.204,67
44	40	Unid.	Cartucho de toner para impressora, marca Lexmark, modelo 52D4H00, com rendimento aproximado de 25.000 páginas; compatível com os equipamentos MS810dn, MS810de, MS811dn, MS812dn e MS812de; na cor preta; com componentes 100% novos; com validade mínima de 12 meses a partir da data da entrega; com identificação do fornecedor na embalagem; O produto deverá ser original do fabricante do equipamento (OEM), visando garantir a integridade da impressora e a manutenção da garantia estendida dos equipamentos.	5309441	440705	R\$ 1.108,93	R\$ 44.357,33
45	40	Unid.	Cartucho de toner para impressora, marca Lexmark, referência 56F4U00, com capacidade para impressão de até 15.000 páginas; compatível com as séries MS321, MS421, MS521, MS621, MS622, MX321, MX421, MX521, MX522 e MX622; na cor preta; com componentes 100% novos; com validade mínima de 12 meses a partir da data da entrega; com identificação do fornecedor na embalagem; O produto deverá ser original do fabricante do equipamento (OEM), visando garantir a integridade da impressora e a manutenção da garantia estendida dos equipamentos.	5548632	456288	R\$ 1.025,60	R\$ 41.023,87
46	4	Unid.	Cartucho de toner para impressora, referência CC531A/CC531AC, com rendimento aproximado de 2.800 páginas; compatível com a série Color LaserJet CP2025/CM2320; na cor ciano; com componentes 100% novos; com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega; com identificação do fornecedor na embalagem.	293047	395648	R\$ 59,60	R\$ 238,41

47	5	Unid.	Cartucho de toner para impressora, referência CC532A /CC532AC, com rendimento aproximado de 2.800 páginas; compatível com a série Color LaserJet CP2025/CM2320; na cor amarela; com componentes 100% novos; com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega; com identificação do fornecedor na embalagem.	2933020	395649	R\$ 56,93	R\$ 284,63
48	4	Unid.	Cartucho de toner para impressora, referência CC533A /CC533AC, com rendimento aproximado de 2.800 páginas; compatível com a série Color LaserJet CP2025/CM2320; na cor magenta; com componentes 100% novos; com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega; com identificação do fornecedor na embalagem.	2933012	395650	R\$ 59,28	R\$ 237,12
49	50	Unid.	Teclado para microcomputador, tipo plug and play, na cor preta; com teclas de função na posição horizontal; disposição de teclas padrão ABNT2, com no mínimo 104 teclas; com conexão USB; com fio medindo no mínimo 1,5 metro; garantia mínima de 12 meses; devendo atender ao padrão ABNT2.	5552133	451817	R\$ 45,93	R\$ 2.296,33
50	50	Unid.	Mouse, confeccionado em polipropileno (PP), com textura emborrachada e formato anatômico; sensor óptico; tipo plug and play; com 3 botões (2 para seleção e 1 para rolagem); compatível com sistemas Windows, Linux e Mac; com conexão USB; cabo com comprimento mínimo de 1,30 m; resolução de 1.200 DPI; garantia mínima de 12 meses.	6116531	457752	R\$ 17,84	R\$ 892,17
51	30	Unid.	Filtro de linha, 6 tomadas, 3 metro, Bivolt,	4747844	464972	R\$ 37,18	R\$ 1.115,50
52	20	Unid.	Tesoura para costura, em aço inox, com lâminas articuladas; comprimento total de 23 cm; cabo emborrachado anatômico.	6515460	368185	R\$ 20,13	R\$ 402,60
53	150	Unid.	Lâmpada de LED, corpo em termoplástico leitoso; bulbo no formato A60, medindo 110 x 70 mm; base E-27; potência de 30 W; fluxo luminoso mínimo de 2.400 lm; bivolt; vida útil mínima de 25.000 horas; temperatura de cor de 6.500 K; fator de potência mínimo de 0,80; conforme normas ABNT vigentes, com certificação do INMETRO.	5689481	614455	R\$ 12,72	R\$ 1.907,50
54	150	Unid.	Lâmpada tubular LED, tipo T8, branco leitoso em polímero ou vidro; base G13, com conexão elétrica unilateral; medindo 1200 x 26 mm; potência mínima de 20 W; bivolt; tecnologia LED tipo SMD; fluxo luminoso mínimo de 1.850 lúmens; temperatura de cor de 6.500 K (branco frio); ângulo de iluminação mínimo de 120 graus; fator de potência mínimo de 0,92; IRC mínimo de 80; vida útil mínima de 25.000 horas; garantia mínima de 12 meses; conforme normas ABNT vigentes e certificação INMETRO.	6426085	429410	R\$ 11,53	R\$ 1.729,00
55	20	Unid.	Laminado de espuma, medindo 1,88 x 0,70 x 0,08 m; com densidade 28; tipo autoextinguível (anti-chama), com velocidade de queima igual a zero; peso aproximado de 3,47 kg; conforme normas ABNT NBR 9178/2003 e 8537/2003.	3899993	601145	R\$ 190,19	R\$ 3.803,80
56	20	Par	Algema de tornozelo, confeccionada em aço carbono 1020; espessura de 9,8 mm; com sistema de travas.	3604063	601977	R\$ 258,96	R\$ 5.179,27
57	20	Par	Algema de pulso, com corrente, confeccionada em aço carbono 1020, com sistema de travas.	3604063	221979	R\$ 146,68	R\$ 2.933,53
						TOTAL	R\$ 320.525,77

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens de consumo, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) dias úteis, contados da Emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação
- 1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

- 1.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, , apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação, em relação ao alinhamento entre a aquisição e o Plano de Contratações Anual - PCA, o Decreto nº 67.689/2023, em especial o artigo único da Disposição Transitória, previu a facultatividade do PCA, tendo em vista a grande dificuldade do atendimento de todas as regras impostas pela Norma dentro do prazo legal. Dessa forma, não houve a elaboração do referido plano, motivo pelo qual não há como atender a este quesito na presente contratação.

3. Descrição da solução

- 2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- 4.1.1. Ser feita de um material orgânico e/ou reciclável e/ou biodegradável.
- 4.1.2. Ter sido produzida com uso reduzido de energia e recursos naturais.
- 4.1.3. Causar o mínimo de impacto ambiental possível após o descarte.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 4.2. *Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar.*

Da exigência de amostra(s):

- 4.3.1 Não haverá exigência de amostras.

Garantia da contratação

- 4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados da Emissão da Nota de Empenho, em remessa única.
- 4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 4.3. Os bens deverão ser entregues **em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h as 11h e das 14h as 17h**, no seguinte endereço: **RUA FRANCISCO FERREIRA DA ROSA, 248 - VILA CRISTOVAM, LIMEIRA - SP, CEP: 13480-580**.
- 4.4. Considerando que o item café é produto perecível, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 11 meses do prazo recomendado pelo fabricante.
- 4.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- 4.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 4.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão, na forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física, desde que admitida a sua participação: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 8.23.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso:

Outras comprovações

8.24. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

8.26. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.26.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.26.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.26.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.26.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

8.27. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.27.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.27.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.27.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 320.525,77

9.1. O valor estimado da contratação perfaz o montante de **R\$ 320.525,77 (trezentos e vinte mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado

9.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 0001;
- II) Fonte de Recursos: 150010001;
- III) Programa de Trabalho: 06181180149890000;
- IV) Elemento de Despesa: 339030;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LUIS TUCKUMANTEL

Autoridade competente

JERUSO ALVES NASCIMENTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 10:34:35.

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE LIMEIRA

Estudo Técnico Preliminar 3/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 20260354241

2. Descrição da necessidade

2.1. CONTRATAÇÃO PCA Nº 180209-1/2026

Os itens de consumo e materiais de uso contínuo, incluindo equipamentos de apoio operacional a serem adquiridos são imprescindíveis para o pleno funcionamento das unidades policiais.

Atualmente, o almoxarifado encontra-se com estoque reduzido e próximo da escassez desses itens. A não aquisição desses materiais pode comprometer o funcionamento das unidades policiais, podendo até mesmo resultar na interrupção parcial ou total dos serviços prestados à população, o que impactaria diretamente a segurança e o atendimento aos cidadãos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	Jeruso Alves Nascimento

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A aquisição dos itens será realizada por meio da modalidade de Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço, com modo de disputa aberto.

4.2. A contratação deverá observar a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme a finalidade da contratação pública, incorporando à proposta mais vantajosa aspectos que garantam benefícios econômicos e ambientais.

4.3. Os itens deverão atender aos critérios estabelecidos nas Normas da ABNT, quando aplicáveis, bem como demais normas pertinentes.

4.4. O fornecimento dos produtos deverá estar em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do envio da Nota de Empenho, **em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 11h e das 14h às 17h, no endereço: Rua Francisco Ferreira da Rosa, 248, Vila Cristóvão, Limeira/SP.**

4.5. Todas as despesas relacionadas à embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos, serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A aquisição pretendida abrange itens amplamente comercializados no mercado, circunstância demonstrada por meio da prospecção de fornecedores, contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades, consultas ao Comprasnet e pesquisas em mídias especializadas. Foram obtidos três orçamentos para a devida comprovação dos preços praticados no mercado. Essas medidas visam identificar novas soluções e tecnologias que melhor atendam às necessidades da Administração, bem como assegurar a ampla concorrência no processo de contratação, conforme planilha anexa.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A aquisição dos produtos mencionados por meio de pregão eletrônico será a solução para suprir as necessidades desta Delegacia Seccional de Polícia e unidades policiais subordinadas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Planilha Orçamentária

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	CÓDIGO BEC	CÓDIGO COMPRAS GOV	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	150	UNID.	Cafe Especial; Gourmet; Torrado e Moido; 500gr, Constituido de graos Arabica 100%; preto-verdes /fermentados, livre de sabor estranho; bebida mole ou melhor, aroma caracteristico; marcante e intenso, sabor carcteristico; qualidade global superior minima de 7,30 pontos na escala sensorial; impurezas(cascas e Paus) em G /100g máxima de 1%; embalagem pouch; com validade minima na data da entrega de 11 Meses, com data de fabricacao e de validade impressos na embalagem; e suas condicoes deverao estar de acordo com a Res.saa-28 de 01 /06/2007; Res.saa-31, de 22/06/2007, Rdc 277/05; Rdc 259 /02, Rdc 07/11, Rdc 14/14 e alteracoes posteriores; produto sujeito a verificacao no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA; elaboracao de laudo após entrega e dispensado de analise; selo ABIC será exigido.	6450938	463577	R\$ 49,56	R\$ 7.434,00
2	100	UNID.	Filtro de papel; 100% celulose; para coar café; modelo tradicional para garrafa termica comum; com fechamento de dupla prensagem; tamanho 103; gramatura 54g/m2; na cor branca; fornecido em caixa apropriada ao produto; com validade mínima de 4 anos a contar da data fabricação.	6251048	380323	R\$ 4,69	R\$ 469,33
3	50	UNID.	Vassoura material cerdas: náilon , material cepa: madeira , comprimento cepa: 25 cm, características adicionais: cabo plastificado: 1,20 m; cerdas: 9 cm.	6346359	626817	R\$ 19,17	R\$ 958,33
4	300	LITRO	Alcool Etílico para limpeza; com teor alcoolico de 70 % Inpm, líquido, sem perfume; embalado em frasco plastico; produto sujeito a verificacao no ato da entrega,aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA; vâldade mínima de 12 Meses.	6045456	481012	R\$ 7,98	R\$ 2.393,00
5	300	UNID.	Alcool Etílico para limpeza; com teor alcoolico de 70 Inpm, em gel, sem gatilho; embalado em embalagem apropriada; produto sujeito a verificação no ato da entrega; aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA	5592836	269943	R\$ 6,61	R\$ 1.984,00
			Higienizador em gel, pH 6,5 a 7,5, neutro, sem perfume e sem corante; composto de álcool etílico 70%; composto de água, agentes hidratantes e emolientes; glicerina, propileno glicol, aminometil propanol, aloe vera, carbômero; indicado para ação bactericida, fungicida, antimicrobiana e antisséptica para as mãos; acondicionado em frasco plástico, com válvula tipo pump, bico dosador e trava de				

6	300	UNID.	segurança; produto sujeito à verificação no ato da entrega, conforme procedimentos administrativos determinados pela ANVISA; validade mínima de 12 meses a partir da data da entrega.	4455789	269943	R\$ 7,78	R\$ 2.334,00
7	300	UNID.	Detergente líquido neutro, frasco de 500 ml; princípio ativo alquil benzeno sulfonato de sódio; composição básica alquil benzeno sulfonato de trietanolamina e lauril éter sulfato de sódio; contendo conservantes, sequestrante, espessante, fragrância e água; pH entre 5,0 e 7,5; composição aromática neutra; acondicionado em frasco com bico dosador; acondicionado em embalagem que mantenha a integridade do produto; sujeito, no ato da entrega, aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	6120202	626321	R\$ 2,22	R\$ 666,00
8	300	UNID.	Desinfetante de categoria básica, restrito ao uso puro; bactericida e germicida; líquido translúcido, cor castanha; princípio ativo: 0,45% de cloreto de benzil alquil dimetil amônio e cloreto de didecil dimetil amônio; composição básica: 0,35% de cloreto de cetil trimetil amônio; contendo tensoativos catiônicos e tensoativo não iônico, conservantes, solvente, sequestrante, controlador de pH, óleo de pinho, corantes, fragrância e veículo; composição aromática pinho; contém atenuador de espuma; acondicionado em frasco apropriado que garanta a integridade do produto; produto sujeito à verificação no ato da entrega, conforme procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	4821475	630559	R\$ 4,20	R\$ 1.261,00
9	200	UNID.	Água sanitária, solução aquosa, à base de cloro; com teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p/p; sem aromatizante; acondicionada de forma adequada, em embalagem que garanta a integridade do produto; produto sujeito à verificação no ato da entrega, conforme procedimentos administrativos determinados pela ANVISA; validade mínima de 6 meses a partir da data de fabricação.	4429990	624677	R\$ 2,54	R\$ 507,33
10	200	UNID.	Desodorizador ambiental, tipo aerossol, aroma lavanda; composto por propelentes (isobutano e propano), monooleato de sorbitano e fosfatos; acondicionado em frasco de alumínio, que mantenha a integridade do produto; produto sujeito, no ato da entrega, aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	6120296	452508	R\$ 11,79	R\$ 2.358,67
11	200	UNID.	Esponja limpeza dupla face	4779720	385187	R\$ 1,33	R\$ 265,33
12	200	UNID.	Inseticida doméstico, tipo aerossol, eficaz contra moscas, mosquitos (inclusive o mosquito da dengue), pernilongos, baratas e formigas; composto por praletrina (0,02% a 0,05%), cipermetrina (0,05% a 0,15%) e imiprotrina (0,04% a 0,08%), além de solventes e propelentes, sem CFC; princípio ativo pertencente ao grupo químico das piretrinas e piretroides; acondicionado em embalagem adequada que garanta a integridade do produto; produto sujeito à verificação no ato da entrega, conforme procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	5182506	484679	R\$ 17,69	R\$ 3.537,33

13	200	UNID.	Limpador multiuso doméstico, líquido, para limpeza pesada; composto por princípio ativo alquil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos aniônicos, coadjuvante e sequestrante; contendo essência, fragrância, água e outras substâncias permitidas; acondicionado em embalagem adequada que garanta a integridade do produto; produto sujeito à verificação no ato da entrega, conforme procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	6071988	249903	R\$ 3,90	R\$ 780,67
14	30	UNID.	Rodo, com cepa de madeira, medindo 40 cm; borracha natural, dupla; cabo de madeira revestido em polipropileno, com 120 cm de comprimento; rosca em polietileno de baixa densidade.	4786700	446184	R\$ 10,48	R\$ 314,50
15	200	UNID.	Pano de limpeza, tipo saco alvejado, pano de chão; tamanho grande, medindo aproximadamente 63 x 40 cm; tecido com 12 batidas; acondicionado de forma adequada, garantindo a integridade do produto.	5997470	226958	R\$ 4,55	R\$ 910,00
16	600	PACTE	Toalha de papel simples, interfolhada, institucional; classe 01; com 3 dobras; na cor branca; alvura ISO maior que 85%; quantidade de pintas menor que 4 mm²/m²; tempo de absorção de água menor que 6 segundos; capacidade de absorção de água maior que 5 g/g; quantidade de furos menor que 10 mm²/m²; resistência à tração a úmido maior que 90 N/m; conforme normas ABNT NBR 15464-7 e 15134; características complementares: matéria-prima 100% celulose virgem, gramatura mínima de 28 g/m²; dimensão da folha 23 x 27 cm; acabamento gofrado; maços embalados individualmente em sacos plásticos; laudo analítico conforme normas ABNT NBR 15464-7 e 15134 e laudo microbiológico; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha, nome do fabricante e nome fantasia, CNPJ, e-mail e telefone do SAC.	6475353	484679	R\$ 22,66	R\$ 13.596,00
17	100	UNID.	Sabonete líquido perolado, em frasco de 5 litros, essência erva-doce; composto por sodium laureth sulfate, sodium chloride, disodium EDTA, cocamide DEA e PEG-150 pentaerythrityl tetrastearate; indicado para higiene das mãos; pH entre 6,5 e 7,0; viscosidade entre 1.500 e 2.100 cP; densidade entre 0,980 e 1,020 g/ml; produto sujeito à verificação no ato da entrega, devendo obedecer aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	4564766	453357	R\$ 14,30	R\$ 1.430,33
18	200	UNID.	Sabonete líquido perolado, em frasco de 500 ml, essência erva-doce; composto por sodium laureth sulfate, sodium chloride, disodium EDTA, cocamide DEA e PEG-150 pentaerythrityl tetrastearate; indicado para higiene das mãos; pH entre 6,5 e 7,0; viscosidade entre 1.500 e 2.100 cP; densidade entre 0,980 e 1,020 g/ml; produto sujeito à verificação no ato da entrega, devendo obedecer aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	4564766	453357	R\$ 9,83	R\$ 1.966,00
19	50	UNID.	Escova dental	6232930	627857	R\$ 1,37	R\$ 68,33
20	50	UNID.	Sabonete em barras - 90 gramas	4358597	232399	R\$ 1,62	R\$ 80,83
			Saco de lixo para uso doméstico, em polietileno reforçado; com capacidade de 100 litros; medindo no mínimo 105 cm de altura e 75 cm de largura, com variação tolerada de ± 1 cm, e espessura mínima de 0,010 mm; na cor preta, sem				

21	100	PACTE	timbre; com resistência para suportar no mínimo 20 kg; isento de furos; com rotulagem contendo identificação do fabricante; devendo atender à norma ABNT NBR 9191:2008 e suas atualizações posteriores.	5621208	470833	R\$ 25,43	R\$ 2.542,67
22	100	PACTE	Saco de lixo para uso doméstico, em polietileno reforçado, com fundo reto; capacidade de 50 litros; dimensões de 63 x 80 cm (largura x altura); na cor preta; devendo atender à norma ABNT NBR 9191:2008 e suas atualizações posteriores.	4747011	398561	R\$ 16,22	R\$ 1.621,67
23	2000	UNID.	Envelope plástico para laboratório biodegradável, em polietileno ou polipropileno transparente, coextrusado, em três camadas. Lacre numerado, confeccionado em polietileno ou polipropileno, com pinos auto lacráveis dotados de travamento duplo de um lado e cápsulas para encaixe do outro, soldado nas laterais de abertura do envelope, no tamanho 150mm x 150mm aproximadamente, com espessura de 75 micras por parede, impressão até duas cores (branco e preto), por processo de flexografia na parte da frente do envelope, (fundo adicional branco que permita a escrita), possuindo também numeração no corpo do envelope. Acondicionado em embalagem reforçada e apropriada com 400 unidades sendo 20 pacotes de 20 unidades dentro. Biodegradável conforme ASTM D-5511 (última versão), ou similar. Apresentar laudo de biodegradação emitido por laboratório de notória especialidade nacional ou internacional, neste caso com a respectiva tradução juramentada.	6386741	616562	R\$ 8,91	R\$ 17.826,67
24	1000	UNID.	Envelope plástico para laboratório biodegradável, em polietileno ou polipropileno transparente, coextrusado, em três camadas. Lacre numerado, confeccionado em polietileno ou polipropileno com pinos auto lacráveis dotados de travamento duplo de um lado e cápsulas para encaixe do outro, soldado nas laterais de abertura do envelope, no tamanho 200mm x 250mm aproximadamente, com espessura de 75 micras por parede, impressão até duas cores (branco e preto), por processo de flexografia na parte da frente do envelope, (fundo adicional branco que permita a escrita), possuindo também numeração no corpo do envelope. Acondicionado em embalagem reforçada e apropriada com 400 unidades sendo 20 pacotes de 20 unidades dentro. Biodegradável conforme ASTM D-5511 (última versão) ou similar. Apresentar laudo de biodegradação emitido por laboratório de notória especialidade nacional ou internacional, neste caso com a respectiva tradução juramentada.	6386806	616557	R\$ 13,87	R\$ 13.870,00
25	500	UNID.	Envelope plástico para laboratório biodegradável, em polietileno ou polipropileno transparente, coextrusado, em três camadas. Lacre numerado, confeccionado em polietileno ou polipropileno com pinos auto lacráveis dotados de travamento duplo de um lado e cápsulas para encaixe do outro, soldado nas laterais de abertura do envelope, no tamanho 260mm x 360mm aproximadamente, com espessura de 75 micras por parede, impressão até duas cores (branco e preto), por processo de flexografia na parte da frente do envelope, (fundo adicional branco que permita a escrita), possuindo também numeração no corpo do envelope. Acondicionado em embalagem reforçada e	6386857	616566	R\$ 15,41	R\$ 7.705,00

			apropriada com 400 unidades sendo 20 pacotes de 20 unidades dentro. Biodegradável conforme ASTM D-5511 (última versão) ou similar. Apresentar laudo de biodegradação emitido por laboratório de notória especialidade nacional ou internacional, neste caso com a respectiva tradução juramentada.				
26	500	UNID.	Envelope plástico para laboratório biodegradável, em polietileno ou polipropileno transparente, coextrusado, em três camadas. Lacre numerado, confeccionado em polietileno ou polipropileno com pinos auto lacráveis dotados de travamento duplo de um lado e cápsulas para encaixe do outro, soldado nas laterais de abertura do envelope, no tamanho 400mm x 600mm aproximadamente, com espessura de 75 micras por parede, impressão até duas cores (branco e preto), por processo de flexografia na parte da frente do envelope, (fundo adicional branco que permita a escrita), possuindo também numeração no corpo do envelope. Acondicionado em embalagem reforçada e apropriada com 400 unidades sendo 20 pacotes de 20 unidades dentro. Biodegradável conforme ASTM D-5511 (última versão) ou similar. Apresentar laudo de biodegradação emitido por laboratório de notória especialidade nacional ou internacional, neste caso com a respectiva tradução juramentada.	2422867	616559	R\$ 21,69	R\$ 10.845,00
27	500	UNID.	Envelope plástico para laboratório biodegradável, em polietileno ou polipropileno transparente, coextrusado, em três camadas. Lacre numerado, confeccionado em polietileno ou polipropileno com pinos auto lacráveis dotados de travamento duplo de um lado e cápsulas para encaixe do outro, soldado nas laterais de abertura do envelope, no tamanho 400mm x 900mm aproximadamente, com espessura de 75 micras por parede, impressão até duas cores (branco e preto), por processo de flexografia na parte da frente do envelope, (fundo adicional branco que permita a escrita), possuindo também numeração no corpo do envelope. Acondicionado em embalagem reforçada e apropriada com 400 unidades sendo 20 pacotes de 20 unidades dentro. Biodegradável conforme ASTM D-5511 (última versão) ou similar. Apresentar laudo de biodegradação emitido por laboratório de notória especialidade nacional ou internacional, neste caso com a respectiva tradução juramentada.	2422867	616560	R\$ 23,38	R\$ 11.691,67
28	1500	RESMA	Papel sulfite de papelaria, gramatura 75 g/m²; formato A4 (210 x 297 mm); opacidade mínima de 87%, conforme norma TAPPI; umidade entre 3,5% (± 1,0), conforme norma TAPPI T 412; corte rotativo; pH alcalino; folhas de cor sortida (colorido); acondicionado em embalagem revestida em BOPP, com nome do fabricante impresso; produto com certificação ambiental FSC ou CERFLOR, com selo e código de licença impressos na embalagem.	5865905	461828	R\$ 30,14	R\$ 45.215,00
			Cola de papelaria, tipo bastão, para uso multiuso; composta por 3-iodo-2-propinil butilcarbamato, glicerina, hidróxido de sódio, 2-aminoisobutano, água, sacarose, copolímero				

29	100	UNID.	acrílico, polímero de N-vinilpirrolidinona e estearato de sódio; na cor branca; acondicionada em tubo; com validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	5898129	292447	R\$ 2,87	R\$ 286,67
30	30	UNID.	Grampeador de mesa, com estrutura em aço e pintura eletrostática de alta resistência; base de apoio em plástico; medindo no mínimo 12 cm de base; na cor preta; compatível com grampos 26/6; com capacidade mínima para grampear até 30 folhas e alfinetar até 5 folhas (papel 75 g/m²).	5183227	288921	R\$ 33,03	R\$ 991,00
31	50	UNID.	Grampo para grampeador; cobreado; medindo 26/6	183385	425226	R\$ 7,49	R\$ 374,50
32	300	CAIXA	Clipe de papelaria, em aço, formato paralelo, galvanizado, nº 4; acondicionado em caixa com 50 unidades.	5307724	455226	R\$ 5,03	R\$ 1.510,00
33	100	CAIXA.	Caneta esferográfica, corpo em resina termoplástica, formato sextavado; modelo descartável; corpo translúcido com respiro; ponta em latão, com esfera de tungstênio; espessura de 1,0 mm (média); rendimento mínimo de escrita de 1.700 metros; na cor azul; com tampa protetora removível e ventilada, na cor da tinta; com topo (topeteira) fixa; devendo atender à norma ABNT NBR 15236 e possuir certificação compulsória do INMETRO, com suas atualizações posteriores.	3426491	484679	R\$ 38,83	R\$ 3.883,33
34	200	UNID.	Fita adesiva de papelaria, em polipropileno; dimensões de 48 mm x 50 m; transparente.	201405	445375	R\$ 9,34	R\$ 1.868,67
35	100	UNID.	Lápis, corpo em madeira de reflorestamento, na cor preta envernizada, formato sextavado; com carga de grafite macia, mais grossa e resistente, na cor preta; graduação nº 2B, indicado para desenho artístico, técnico, esboços e escrita em geral; medindo no mínimo 17,5 cm; produto apontado; com nome do fabricante impresso no produto e na embalagem, bem como identificação do fornecedor na embalagem; devendo atender à norma ABNT NBR 15236 e possuir certificação compulsória do INMETRO, com suas atualizações posteriores.	6207677	392212	R\$ 1,25	R\$ 124,67
36	50	UNID.	Livro ata de papelaria, formato vertical, medindo 205 x 297 mm; capa com gramatura de 1.250 g/m², revestida com papel kraft de 80 g/m², na cor preta; contendo 200 folhas numeradas; miolo em papel offset com gramatura de 56 g /m².	4346343	200694	R\$ 29,88	R\$ 1.494,17
37	50	UNID.	Livro ata de papelaria, formato vertical, medindo no mínimo 205 x 297 mm; capa com gramatura de 1.250 g/m², revestida com papel kraft de 80 g/m², na cor preta; contendo 100 folhas numeradas; miolo em papel offset com gramatura de 56 g/m².	4348400	229212	R\$ 19,67	R\$ 983,33
38	30	UNID.	Perfurador, com estrutura metálica; com capacidade para perfurar até 30 folhas de 75 g/m²; com 2 vazadores.	5091985	309074	R\$ 44,69	R\$ 1.340,70
39	50	UNID.	Caneta de escrita permanente, conjunto com 6 marcadores; ponta média de 2,0 mm; tinta na cor preta; resistente a temperaturas muito baixas; indicada para uso em superfícies plásticas e de vidro.	5811317	354898	R\$ 4,26	R\$ 213,00
40	25	UNID.	Peça de reposição para purificador, marca Electrolux, modelo PE11B; refil de filtro; devendo atender às normas ABNT NBR vigentes.	6161235	630007	R\$ 46,17	R\$ 1.154,33
41	100	UNID.	Pilha, tipo alcalina padrão LR6 (IEC), tamanho AA; com 0% de mercúrio e cádmio, e proteção contra vazamentos;	5978661	419859	R\$ 1,95	R\$ 195,33

			voltagem de 1,5 V; devendo atender à Resolução CONAMA nº 401/2008; com certificação ABNT NBR ISO 9001 e ABNT NBR ISO 14001, ou equivalentes.				
42	100	UNID.	Pilha alcalina, padrão LR3 (IEC), com 0% de mercúrio e cádmio, com proteção contra vazamentos; tensão de 1,5 V; tamanho AAA (palito); conforme Resolução CONAMA nº 401/2008; produto com certificação ABNT NBR ISO 9001 (ou ISO 9001) e ABNT NBR ISO 14001 (ou ISO 14001).	5978700	432380	R\$ 2,20	R\$ 220,00
43	40	UNID.	Cartucho de toner compatível para impressora, marca Samsung, código de referência MLT-D203E; devendo ser compatível com os equipamentos correspondentes e acondicionado em embalagem adequada que garanta a integridade do produto.	5363756	626296	R\$ 130,12	R\$ 5.204,67
44	40	UNID.	Cartucho de toner para impressora, marca Lexmark, modelo 52D4H00, com rendimento aproximado de 25.000 páginas; compatível com os equipamentos MS810dn, MS810de, MS811dn, MS812dn e MS812de; na cor preta; com componentes 100% novos; com validade mínima de 12 meses a partir da data da entrega; com identificação do fornecedor na embalagem; devendo ser original do fabricante do equipamento (OEM), visando garantir a integridade da impressora e a manutenção da garantia.	5309441	440705	R\$ 1.108,93	R\$ 44.357,33
45	40	UNID.	Cartucho de toner para impressora, marca Lexmark, referência 56F4U00, com capacidade para impressão de até 15.000 páginas; compatível com as séries MS321, MS421, MS521, MS621, MS622, MX321, MX421, MX521, MX522 e MX622; na cor preta; com componentes 100% novos; com validade mínima de 12 meses a partir da data da entrega; com identificação do fornecedor na embalagem; devendo ser original do fabricante do equipamento (OEM), visando garantir a integridade da impressora e a manutenção da garantia.	5548632	456288	R\$ 1.025,60	R\$ 41.023,87
46	4	UNID.	Cartucho de toner para impressora, marca HP, referência CC531A/CC531AC, com rendimento aproximado de 2.800 páginas; compatível com a série Color LaserJet CP2025 /CM2320; na cor ciano; com componentes 100% novos; com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega; com identificação do fornecedor na embalagem.	293047	395648	R\$ 59,60	R\$ 238,41
47	5	UNID.	Cartucho de toner para impressora, marca HP, referência CC532A/CC532AC, com rendimento aproximado de 2.800 páginas; compatível com a série Color LaserJet CP2025 /CM2320; na cor amarela; com componentes 100% novos; com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega; com identificação do fornecedor na embalagem.	2933020	395649	R\$ 56,93	R\$ 284,63
48	4	UNID.	Cartucho de toner para impressora, marca HP, referência CC533A/CC533AC, com rendimento aproximado de 2.800 páginas; compatível com a série Color LaserJet CP2025 /CM2320; na cor magenta; com componentes 100% novos; com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega; com identificação do fornecedor na embalagem.	2933012	395650	R\$ 59,28	R\$ 237,12
			Teclado para microcomputador, tipo plug and play, na cor preta; com teclas de função na posição horizontal; disposição de teclas padrão ABNT2, com no mínimo 104				

49	50	UNID.	teclas; com conexão USB; com fio medindo no mínimo 1,5 metro; garantia mínima de 12 meses; devendo atender ao padrão ABNT2.	5552133	451817	R\$ 45,93	R\$ 2.296,33
50	50	UNID.	Mouse, confeccionado em polipropileno (PP), com textura emborrachada e formato anatômico; sensor óptico; tipo plug and play; com 3 botões (2 para seleção e 1 para rolagem); compatível com sistemas Windows, Linux e Mac; com conexão USB; cabo com comprimento mínimo de 1,30 m; resolução de 1.200 DPI; garantia mínima de 12 meses.	6116531	457752	R\$ 17,84	R\$ 892,17
51	30	UNID.	Filtro de linha, 6 tomadas, 3 metro, Bivolt,	4747844	464972	R\$ 37,18	R\$ 1.115,50
52	20	UNID.	Tesoura para costura, em aço inox, com lâminas articuladas; comprimento total de 23 cm; cabo emborrachado anatômico.	6515460	368185	R\$ 20,13	R\$ 402,60
53	150	UNID.	Lâmpada de LED, corpo em termoplástico leitoso; bulbo no formato A60, medindo 110 x 70 mm; base E-27; potência de 30 W; fluxo luminoso mínimo de 2.400 lm; bivolt; vida útil mínima de 25.000 horas; temperatura de cor de 6.500 K; fator de potência mínimo de 0,80; conforme normas ABNT vigentes, com certificação do INMETRO.	5689481	614455	R\$ 12,72	R\$ 1.907,50
54	150	UNID.	Lâmpada tubular LED, tipo T8, branco leitoso em polímero ou vidro; base G13, com conexão elétrica unilateral; medindo 1200 x 26 mm; potência mínima de 20 W; bivolt; tecnologia LED tipo SMD; fluxo luminoso mínimo de 1.850 lúmens; temperatura de cor de 6.500 K (branco frio); ângulo de iluminação mínimo de 120 graus; fator de potência mínimo de 0,92; IRC mínimo de 80; vida útil mínima de 25.000 horas; garantia mínima de 12 meses; conforme normas ABNT vigentes e certificação INMETRO.	6426085	429410	R\$ 11,53	R\$ 1.729,00
55	20	UNID.	Laminado de espuma, medindo 1,88 x 0,70 x 0,08 m; com densidade 28; tipo autoextinguível (anti-chama), com velocidade de queima igual a zero; peso aproximado de 3,47 kg; conforme normas ABNT NBR 9178/2003 e 8537 /2003.	3899993	601145	R\$ 190,19	R\$ 3.803,80
56	20	UNID.	Algema de tornozelo, com corrente, confeccionada em aço carbono 1020; espessura de 9,8 mm; com sistema de travas.	3604063	601977	R\$ 258,96	R\$ 5.179,27
57	20	UNID.	Algema de pulso, com corrente, confeccionada em aço carbono 1020, com sistema de travas.	3604063	221979	R\$ 146,68	R\$ 2.933,53
						TOTAL	R\$ 280.887,77

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 320.853,08

8.1. O valor estimado da contratação perfaz o total de R\$ 320.853,08 (trezentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e três reais e oito centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. De acordo com a Súmula nº 247 do TCU, o parcelamento do objeto é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Em consonância as disposições contidas no Decreto Estadual nº 67.689, de 03 de maio de 2023, esta Seccional de Polícia utilizou-se da faculdade de elaboração do Plano de Contratações Anual, PCA 180209-1/2026, prevista em seu artigo único das disposições transitórias. Assim, a contratação segue o cronograma interno previamente definido por esta Administração.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Objetiva-se garantir a manutenção das atividades policiais por meio da aquisição de itens de consumo essenciais incluindo equipamentos de apoio operacional de reposição e uso contínuo, como materiais de limpeza, higiene, gêneros alimentícios e suprimentos de informática. Esses itens são indispensáveis para o funcionamento adequado das unidades policiais, assegurando a continuidade e eficiência dos serviços prestados à população.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra providências decorrentes para esta Administração no que se refere a aquisição dos itens.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os preceitos normativos de âmbito federal e estadual que promovem o desenvolvimento nacional sustentável no âmbito das contratações (Decreto Federal 7.746/2012, Decretos Estaduais 13.576/2009 e 50.170/2005, Art 144 da Lei Federal 14.133/2021 e Resolução CONAMA nº 401, de 02 de novembro de 2008) deverão ser observados pelas partes contratantes.

14.2. Assim, o objeto desta relação contratual deve causar o menor impacto possível sobre os recursos naturais, dando preferência para materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local, maior eficiência na utilização de recursos naturais, maior geração de empregos, com mão de obra local, uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais.

14.3. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

14.4. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente aquisição de bens de consumo mostra-se **viável e necessária** para garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas e operacionais da delegacia, assegurando a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Os materiais de consumo são indispensáveis ao desempenho rotineiro das atividades, tais como atendimento ao público, registro de ocorrências, elaboração de documentos, arquivamento de processos e demais rotinas internas. A ausência ou insuficiência desses itens pode comprometer diretamente a eficiência dos serviços, ocasionando atrasos, retrabalho e prejuízos à qualidade do atendimento.

A contratação pretendida encontra respaldo nos princípios da **economicidade, eficiência e continuidade do serviço público**, uma vez que a aquisição planejada, baseada em levantamento prévio de necessidades, evita compras emergenciais — geralmente mais onerosas — e possibilita melhor gestão de estoques.

Além disso, a análise de mercado demonstra a existência de diversos fornecedores aptos a atender à demanda, garantindo **competitividade no processo licitatório** e maior probabilidade de obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição é **tecnicamente viável, economicamente justificável e administrativamente necessária**, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e para a prestação de um serviço público mais eficiente e de qualidade à sociedade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JERUSO ALVES NASCIMENTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 10:53:30.

ANTONIO LUIS TUCKUMANTEL

Autoridade competente



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**
- II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**
- III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**
- IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE LIMEIRA

PREGÃO Nº:

CODIGO PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	MARCA / MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, CONSTANDO:

RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL E ASSINATURA

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do fornecedor)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação) , interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que:

a) não possuo empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos

III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

São Paulo, 10 de Fevereiro de 2026.

À
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE LIMEIRA/SP

DECLARAÇÃO

A **LEXMARK INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com matriz estabelecida à Avenida Doutor Antônio João Abdalla, nº. 260, Parte 01, Galpão 200, Setor **Lexmark**, Bairro Cristais (Jordanésia), CEP 07776-700, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 00.767.378/0001-15 e filial estabelecida à Rua do Rócio, nº. 430 – 4º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04552-906 no Município e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 00.767.378/0002-04, na qualidade de fabricante/detentor da marca **LEXMARK**, declara para os devidos fins que:

Os equipamentos **LEXMARK MX421ade, MS621dn, MS811dn e CX522ade** de posse desta administração, possuem garantia estendida oferecida e atendida exclusivamente pelo nosso Distribuidor **INFORSHOP SUPRIMENTOS LTDA**, até a data de 31 de dezembro de 2027, nos mesmos moldes da **POLÍTICA DE GARANTIA DO FABRICANTE LEXMARK**, atendimento no balcão.

Todas as aberturas de chamado deverão ser efetuadas diretamente com a **INFORSHOP** através do e-mail: atendimento@inforshop.com.br com cópia licitacao@inforshop.com.br

Atenciosamente,

Lexmark International do Brasil Ltda.

LEXMARK INTERNATIONAL DO BRASIL

Rua do Rócio, 430, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo SP - CEP: 04552-906, Tel: 55 (11) 3046-6200 - Brasil

10/02/2026